



AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE E DO IMPACTO DOS PROTÓTIPOS

APIS – RS

Brasília - DF
Novembro de 2024

SUMÁRIO

InovaJuntos	3
Confederação Nacional de Municípios (CNM)	5
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES)	5
União Europeia.....	5
Sobre o Documento.....	7
Estrutura do Documento	7
Metodologia	8
Conceitos	9
O que é um protótipo?	9
Para que serve um protótipo?	9
Quais as vantagens de protótipos?	10
Protótipos de APIS	12
Apresentação do Consórcio	12
Protótipo 01 – Modelo Colaborativo de Compras Compartilhadas.....	12
Análise de Viabilidade	15
Conclusão.....	17

INOVAJUNTOS

O projeto InovaJuntos – Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade resulta de uma parceria entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), com financiamento da Delegação da União Europeia. Assinado em 2019, com execução realizada entre os anos de 2020 e 2024, o objetivo do projeto é promover inovação – com fim de desenvolvimento – utilizando a colaboração entre países, municípios e consórcios.

As atividades do projeto, até o presente momento, foram realizadas em Portugal, no Brasil e em outros países da América Latina. A ideia é que a **troca de experiências** entre municípios e consórcios destas nações (ou dentro de uma mesma nação) consiga proporcionar **desenvolvimento urbano** que seja voltado à **inovação** e que colabore com a implementação dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e da **Nova Agenda Urbana (NAU)**.

Organizam-se os municípios/consórcios em 4 clusters temáticos: (i) desenvolvimento econômico; (ii) desenvolvimento regional e consórcios; (iii) cidades verdes e mudanças climáticas; e (iv) espaços inclusivos para inovação cultural e social. Esta designação de clusters permite **direcionar** as entregas do InovaJuntos, pensando em criar soluções **personalizadas** para cada município, de forma a aumentar a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade do projeto. A execução do InovaJuntos envolve não apenas o **setor público**, mas também a **sociedade civil**, o **setor empresarial** e as **instituições de ensino** – tornando-se um projeto participativo.

Figura 1 – Objetivo geral



InovaJuntos

InovaJuntos - Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade

Objetivo Geral

Fortalecer o desenvolvimento urbano integrado, através de políticas locais de inovação, no Brasil, na América Latina e em Portugal, visando contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana (NAU).

A partir de espaços de construção coletiva e diálogos multiníveis sobre políticas públicas, desafios urbanos e experiências locais, o InovaJuntos buscou fomentar impactos positivos nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional tanto dos municípios participantes, quanto de todos os demais que poderão se beneficiar das experiências geradas futuramente.

No âmbito da **governança local**, traçou-se um panorama geral acerca das **capacidades institucionais** dos municípios participantes. Por meio de um **diagnóstico vocacional participativo**, diferentes setores e lideranças locais mobilizaram-se para construir, juntos, um caminho de desenvolvimento urbano sustentável para seus municípios. Além disso, partindo de desafios e oportunidades comuns, fortaleceu-se a **cooperação entre municípios brasileiros e portugueses**, bem como entre estes e importantes vizinhos latino-americanos que compartilham fronteiras com o Brasil.

No âmbito das **novas cooperações**, buscou-se ampliar o acesso de governos municipais e de suas populações a boas práticas e exemplos inspiradores sobre aplicações **práticas da inovação** para o desenvolvimento sustentável a nível local. Finalmente, na prática, o que se construiu ao longo do projeto foi uma visão pragmática sobre inovação a inovação público-privada, trazendo-a à realidade dos municípios e possibilitando o desenvolvimento de cidades mais inteligentes e sustentáveis.

Figura 2 – Resultados esperados

Resultados Esperados



1. Fortalecimento das capacidades institucionais das cidades para promoverem o desenvolvimento urbano sustentável a partir do diagnóstico vocacional participativo;
2. Fortalecimento da cooperação entre cidades brasileiras e portuguesas e destas com o resto da América Latina a partir de problemas comuns;
3. Promoção de inovação público-privada a nível local para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis;
4. Melhoria do conhecimento e da informação de governos e sociedades na América Latina e na Europa sobre a inovação para o desenvolvimento sustentável a nível local;
5. Reforço do diálogo público multinível sobre as políticas e os desafios urbanos e as experiências locais.

As **inovações** conduzidas pelos municípios e consórcios participantes do InovaJuntos tiveram como objetivo primordial a maximização do **impacto socioeconômico e ambiental** em suas áreas de influência. Essas iniciativas de sucesso são demonstrações práticas da abordagem metodológica proposta pelo InovaJuntos, apresentando uma articulação sistemática entre si: a continuidade do **diagnóstico vocacional**, a função estratégica dos **espaços de inovação**, a constituição de **cooperações internacionais** e o aprendizado derivado de **missões técnicas**, culminando na formalização de termos de intenção e, por conseguinte, no compromisso com a efetividade e sustentabilidade temporal dos impactos gerados. Embora estruturadas para atender de maneira precisa às especificidades do contexto local, essas políticas públicas mantêm uma abordagem contínua e proativa, posicionando-se como exemplos de referência e interesse para outros municípios.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM)

Criada em 1980, a CNM é uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos que atua na **representação político-institucional** dos municípios brasileiros. A **nível nacional**, a representação é feita junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. **Internacionalmente**, a entidade participa de organismos e associações, dentre eles a Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (Flacma) e a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Em 2020, a CNM possuía 5.098 municípios contribuintes, o que representa **92% do total brasileiro**.

As iniciativas da CNM passam pelas áreas política e técnica. Dentre as atividades políticas, a entidade participa de conselhos, comitês, órgãos de discussão e acompanha as políticas públicas. Além disso, observa as pautas de votação do Congresso Nacional – intervindo no processo legislativo e articulando com os parlamentares quando considerado necessário. Em âmbito técnico, algumas das principais atividades da CNM são: desenvolver ferramentas tecnológicas; produzir estudos técnicos e pesquisas; e fornecer orientação técnica e jurídica aos municípios.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL (CES)

Fundado em 1978, o CES é uma **instituição científica** dedicada à **investigação** e à **formação** avançada nas ciências sociais e nas humanidades, através de uma abordagem inter e transdisciplinar. Em 2002, o CES recebeu o estatuto de laboratório associado – a instituição de investigação a quem foi concedido o estatuto se compromete a assessorar o governo em áreas científicas para a preparação de políticas públicas. Com mais de 800 pessoas em sua estrutura de investigadores, este centro possuía, em 2019, projetos com países como Reino Unido, África do Sul, Chile e Brasil.

UNIÃO EUROPEIA

A relação entre Brasil e União Europeia existe desde a década de 60, com a troca de missões diplomáticas entre as duas partes. O bloco econômico possui papel de destaque na diplomacia mundial, já que representa 27 países da Europa. Devido a essa influência, a UE destina cerca de 10% de seu orçamento para ações internacionais, fortalecendo outros países em áreas como desenvolvimento, boa governança e combate à fome. Vale ressaltar que a representação do bloco comercial, em território nacional, é feita pela Delegação da União Europeia no Brasil.

Figura 3 – Instituições responsáveis



SOBRE O DOCUMENTO

Este documento destina-se a avaliar a viabilidade e o impacto dos protótipos desenvolvidos pelo município ou consórcio participante do Projeto InovaJuntos. A análise abrange a capacidade do protótipo de ser implementado de forma eficaz na realidade local e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, destacando possíveis desafios, avanços e transformações observadas na comunidade envolvida.

A avaliação de viabilidade verifica a adequação dos protótipos às condições locais, aos recursos disponíveis e à sua potencial replicabilidade. Já a avaliação de impacto analisa as mudanças sociais, econômicas e ambientais decorrentes da implementação do protótipo, medindo o alinhamento das ações com os objetivos estratégicos do projeto.

O documento busca oferecer uma visão crítica e detalhada sobre a experiência do município ou consórcio, destacando os potenciais benefícios a serem alcançados e os eventuais desafios enfrentados durante a execução da iniciativa. A análise fornece diretrizes estratégicas para otimizar o protótipo e aprimorar a gestão de futuras intervenções.

Ao combinar a avaliação de viabilidade com a de impacto, o documento propõe um quadro abrangente para o fortalecimento das práticas inovadoras, incentivando a adaptação e o desenvolvimento contínuo dos protótipos. As recomendações apresentadas visam apoiar a tomada de decisões informadas e contribuir para a consolidação de estratégias que promovam o desenvolvimento urbano sustentável e a inovação local.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

- **Seção 1 - Conceitos de prototipagem:** faz-se uma abordagem metodológica dos conceitos que fundamentam a prototipagem de soluções comumente usadas na promoção de políticas públicas. A seção explica o que é um protótipo, sua função e as vantagens de seu uso no desenvolvimento de soluções inovadoras. Essa abordagem fornece uma base para entender como a prototipagem foi aplicada no contexto do projeto.
- **Seção 2 - Estudo de caso:** verifica-se a viabilidade dos projetos e protótipos desenvolvidos, revelando mecanismos de gestão importantes e sugerindo possíveis ajustes necessários. A análise é personalizada para cada município ou consórcio, refletindo a implementação local dos protótipos e seu impacto nas dimensões social, econômica e ambiental.

METODOLOGIA

A avaliação da prototipagem nos municípios e consórcios foi realizada por meio de uma abordagem prática, que incluiu a coleta de evidências e a análise das métricas do projeto. Para apoiar essa análise, foram conduzidas Rodadas de Feedback com os municípios participantes do Projeto Inova Juntos, complementadas por uma pesquisa exploratória sobre protótipos, produtos e serviços.

Durante as Rodadas de Feedback, ocorreram reuniões individuais com representantes municipais, utilizando entrevistas semiestruturadas para coletar informações detalhadas sobre o andamento e o impacto dos protótipos. As entrevistas seguiram um roteiro organizado em três blocos temáticos, cada um focado em aspectos específicos da execução dos projetos.

O principal objetivo dessas Rodadas foi obter um panorama completo do progresso dos protótipos, identificando os pontos fortes e as áreas que necessitavam de melhorias. Entre os temas centrais, destacou-se o desenvolvimento e teste das soluções inovadoras como parte essencial do fortalecimento da sustentabilidade local e da eficiência das políticas públicas.

Essas sessões de feedback permitiram uma análise mais detalhada do uso dos Espaços de Inovação e do desempenho dos protótipos em cada município ou consórcio, possibilitando a identificação de resultados alcançados e de oportunidades de aprimoramento. Essa metodologia de acompanhamento e coleta de feedback ajudou a propor possíveis ajustes nos protótipos de acordo com as necessidades específicas de cada localidade.

CONCEITOS

O QUE É UM PROTÓTIPO?

Um protótipo é um modelo funcional desenvolvido com base em critérios preliminares, que simula a funcionalidade, o conceito e a usabilidade do produto final. Embora muitas vezes associados a uma representação próxima ao produto definitivo, os protótipos são versões parcialmente finalizadas que, ao longo de seu ciclo de desenvolvimento, passam por testes específicos para avaliar a qualidade dos recursos implementados. Esses testes permitem identificar funcionalidades já incorporadas e apontam algumas sugestões de ajustes ou reformulações, interagindo com diferentes cenários de planejamento e contribuindo para a evolução da versão.

Os protótipos podem variar de uma simples maquete conceitual a um modelo funcional mais elaborado, dependendo dos objetivos e das limitações do projeto. Esse processo é revisitado inúmeras vezes até que se obtenha um produto ideal. No entanto, o sucesso desse processo depende diretamente da qualidade e quantidade de informações obtidas através do feedback, assim como da capacidade de transformar essas avaliações em melhorias concretas e funcionalidades aplicáveis ao produto.

No contexto do Projeto InovaJuntos, um protótipo pode variar desde a representação visual de uma interface de aplicativo destinada a aprimorar a gestão pública até um modelo mais sofisticado que simule a implementação de políticas públicas inovadoras. O aspecto fundamental é que ele possibilite a validação e o aperfeiçoamento da proposta, facilitando, assim, a transição para o desenvolvimento final.

PARA QUE SERVE UM PROTÓTIPO?

Por trás de cada produto bem-sucedido, encontra-se uma trajetória marcada por inúmeras tentativas e intenso trabalho. A realidade é que a transformação de uma ideia em um produto tangível envolve mais do que a criação de representações visuais, sejam elas esboços manuais ou modelagens digitais.

O Design de Produto é uma atividade intrinsecamente complexa, que abrange a colaboração interdisciplinar na busca por soluções criativas, funcionais e sustentáveis, com o objetivo de conceber um objeto que seja operacionalmente eficiente e, simultaneamente, esteticamente atraente. O método empregado para facilitar a comunicação e apoiar o desenvolvimento de um projeto é conhecido como prototipagem física.

A prototipagem constitui uma abordagem que permite explorar ideias preliminares de forma ágil e econômica, além de possibilitar a visualização, avaliação, organização das qualidades, bem como o aprendizado, a testagem e o aprimoramento das especificações do projeto antes de sua concretização final. Este método proporciona uma maneira prática de:

- Verificar a viabilidade técnica e operacional de uma ideia.
- Identificar possíveis falhas ou melhorias.
- Obter feedback de stakeholders, como usuários e especialistas.
- Demonstrar a funcionalidade e valor de uma solução proposta.

A prototipagem vai além de ser apenas uma ferramenta para resolver problemas. O impacto de um protótipo está na sua capacidade de tornar as ideias tangíveis e visíveis, facilitando a comunicação de conceitos de maneira clara e envolvente. Ao contrário de relatórios ou projetos abstratos, um protótipo físico permite uma compreensão mais concreta e imediata, tornando mais fácil identificar o que funciona e o que precisa ser ajustado.

Essa abordagem acelera o desenvolvimento de um projeto, serviço ou produto e aumenta sua segurança, tornando-se rapidamente uma parte essencial nos processos atuais. Atende às demandas do mercado, que busca soluções diversificadas e com ciclos de vida cada vez mais curtos.

Nos municípios e consórcios participantes do InovaJuntos, os protótipos foram desenvolvidos para simular soluções inovadoras em áreas como desenvolvimento urbano, sustentabilidade e inovação social, proporcionando uma base sólida para a implementação de projetos de impacto.

QUAIS AS VANTAGENS DE PROTÓTIPOS?

A criação de protótipos é uma prática essencial no desenvolvimento de produtos e serviços, pois permite a visualização concreta das ideias e facilita a comunicação entre designers, clientes e usuários. Ao transformar conceitos em modelos físicos com proporções e dimensões reais, os protótipos proporcionam uma compreensão mais precisa e detalhada do produto ou serviço, superando as limitações das representações bidimensionais. Essa abordagem aprimora a comunicação, reduzindo equívocos e garantindo que todos os envolvidos compartilhem uma visão alinhada do que está sendo desenvolvido.

A elaboração de modelos permite a interação direta e a contextualização com as pessoas, proporcionando uma experiência realista que possibilita a validação final antes de sua produção e comercialização. Este processo de prototipagem apresenta uma série de benefícios críticos para o desenvolvimento de qualquer projeto, destacando-se:

- **Redução de riscos:** a testagem da solução em estágios iniciais permite a identificação e mitigação de potenciais problemas antes que eles se manifestem na fase de implementação final. Essa prática contribui para evitar falhas de projeto, garantindo um produto mais confiável e eficiente.
- **Economia de recursos:** realizar ajustes e correções no protótipo evita custos desnecessários associados a mudanças posteriores, quando o produto já se encontra em uma etapa

avançada de produção. Ao concentrar os esforços em aprimorar o protótipo, é possível otimizar o uso de recursos financeiros, humanos e materiais.

- **Feedback imediato:** a existência de um protótipo funcional permite que os stakeholders – incluindo clientes, usuários e equipes de desenvolvimento – visualizem e testem a solução de maneira concreta. Esse contato direto gera feedbacks valiosos que orientam a melhoria contínua do produto, alinhando-o às expectativas e necessidades dos usuários.
- **Agilidade no desenvolvimento:** a prototipagem possibilita ajustes rápidos e eficientes conforme o feedback é recebido. Isso significa que a solução pode ser adaptada de forma dinâmica, reduzindo o tempo total de desenvolvimento e aumentando a qualidade.

Essas vantagens são especialmente relevantes nos protótipos do InovaJuntos, permitindo que os municípios e consórcios participantes testem, validem e adaptem soluções de maneira eficaz, para que estas atendam da melhor forma possível aos seus desafios específicos. A abordagem baseada em prototipagem e modelagem se torna, assim, um componente estratégico para promover inovações que sejam realmente eficazes e sustentáveis no contexto das realidades locais.

PROTÓTIPOS DE APIS

APRESENTAÇÃO DO CONSÓRCIO

Para facilitar os repasses públicos de desenvolvimento municipal, o Governo de Santa Catarina sancionou a Lei Estadual nº 18.861, de 31 de janeiro de 2024, que criou o Programa de Qualificação dos Consórcios Públicos Interfederativos de Saúde (QUALICIS). Essa lei estabeleceu os critérios para que o Estado participe como ente consorciado e autoriza a transferência de recursos, desde que os contratos dos consórcios incluam os requisitos previstos no artigo 3º da referida lei.

Entre as entidades agenciadas o Consórcio APIS possui um repasse ligado à Secretaria de Estado da Saúde (SES) de Santa Catarina para custear exames, consultas e serviços médicos por meio de convênios. Como consórcio multifinalitário, a APIS pode prestar e gerir serviços de forma regionalizada. Por isso, os municípios de Apiúna, Ascurra, Guabiruba, Pomerode e Rodeio pretendem manter o Serviço de Acolhimento Institucional, enquanto Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Timbó planejam manter o Serviço de Família Acolhedora por meio do consórcio. Já Ilhota e Luiz Alves têm interesse em implementar um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), seguindo o modelo já existente em Apiúna, Ascurra e Rodeio.

PROTÓTIPO 01 – MODELO COLABORATIVO DE COMPRAS COMPARTILHADAS

Ao implementar um modelo de compras compartilhadas e adaptação à Nova Lei de Licitações, surge como uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios administrativos entre os municípios consorciados. Esta abordagem visa não só otimizar recursos, mas também garantir a efetiva colaboração entre os diferentes entes federativos, alinhando suas capacidades e necessidades para a implementação de políticas públicas de forma integrada. O consórcio público, conforme regulamentado pela Lei nº 11.107/05, busca a gestão associada de serviços, a prestação de serviços e a execução de obras comuns, além do compartilhamento de recursos, como equipamentos e processos de licitação. A integração das administrações locais, assim como a criação de uma rede de cooperação, é vital para enfrentar as disparidades entre os municípios e permitir uma implementação mais eficiente dos projetos conjuntos.

O modelo proposto pela APIS segue princípios que garantem a conformidade com as normas legais, como a Lei nº 11.107/05, que define claramente os objetivos dos consórcios públicos, incluindo a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, que são requisitos essenciais para o sucesso de iniciativas sustentáveis. Além disso, o consórcio permite uma gestão compartilhada de serviços essenciais, como defesa civil e gestão de enchentes, áreas em que os municípios consorciados podem beneficiar-se mutuamente ao integrar esforços e superar barreiras de comunicação e gestão conjunta.

Contudo, a implementação dessa proposta enfrenta desafios significativos, especialmente em termos de alinhar as diferentes necessidades e capacidades dos municípios, o que pode gerar dificuldades de adaptação e resistência às mudanças. As divergências políticas e culturais entre os entes consorciados podem resultar em obstáculos à implementação de novas práticas. O engajamento contínuo dos participantes e o desenvolvimento de uma governança efetiva serão determinantes para o sucesso da iniciativa. Além disso, a adaptação à Nova Lei de Licitações requer um esforço conjunto para assegurar a transparência e a eficiência nos processos licitatórios, o que pode demandar mudanças estruturais nos municípios envolvidos.

O protótipo também visa a criação de uma plataforma digital de feedback e a implementação de workshops periódicos para fortalecer a comunicação, empatia e liderança dos envolvidos. Essas ações são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades que garantirão a continuidade da colaboração. O comitê de gestão deve ser responsável por revisar continuamente as práticas e os resultados, ajustando as ações conforme as necessidades regionais, o que irá proporcionar uma adaptação dinâmica e contínua ao modelo proposto.

No entanto, o modelo enfrenta desafios práticos, como a limitação de recursos financeiros para escalar as soluções, a necessidade de melhorar a infraestrutura urbana e tecnológica, e a pressão do tempo para alcançar resultados tangíveis. A implementação de mecanismos de avaliação contínua é crucial para a adequação constante das práticas, especialmente no que se refere à sustentabilidade e ao impacto regional. É essencial que os municípios consorciados se comprometam a apoiar essas iniciativas, assegurando um financiamento adequado e o engajamento das lideranças locais.

Em termos de impacto, a iniciativa tem o potencial de fortalecer a capacidade institucional e gerar benefícios a longo prazo, como a melhoria dos serviços públicos, o fortalecimento das práticas de defesa civil e a promoção de políticas públicas integradas. O intercâmbio de práticas inovadoras entre os municípios também pode ser uma fonte valiosa de aprendizagem, criando soluções locais adaptadas às necessidades regionais. Contudo, a continuidade desse esforço dependerá da capacidade dos municípios de superar as barreiras culturais, institucionais e econômicas, garantindo um processo colaborativo sustentável e inclusivo. A iniciativa é promissora, mas seu sucesso dependerá de um gerenciamento eficaz das complexidades envolvidas e da construção de uma visão comum entre os entes federativos.

Município APIS - SC	Desafio <p>O principal desafio enfrentado pela APIS é consolidar a colaboração efetiva entre os municípios consorciados, alinhando suas diferentes necessidades e capacidades administrativas para implementar o modelo de compras compartilhadas e adaptação à Nova Lei de Licitações. Além disso, integrar áreas estratégicas como defesa civil e gestão de enchentes exige superar barreiras de comunicação e gestão conjunta, garantindo que cada município se sinta representado e ativamente engajado no processo colaborativo.</p>	Nome da Solução Modelo Colaborativo de Compras Compartilhadas
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer uma rede colaborativa regional para compartilhar experiências. Criar um espaço de participação contínua para que as cidades consorciadas desenvolvam soluções adaptadas às suas necessidades. Incentivar políticas públicas integradas através do intercâmbio de práticas inovadoras. Reforçar a capacidade institucional com capacitações e políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Formar alianças estratégicas com setores públicos, privados e organizações para fortalecer o consórcio. Implementar mecanismos de avaliação contínua para ajustar o Plano de Sustentabilidade conforme as necessidades regionais. 	Escopo <p>A proposta de inovação das APIS implanta um modelo colaborativo para compras compartilhadas e adaptação à Nova Lei de Licitações, com expansão futura para áreas estratégicas como defesa civil. O modelo participativo envolve os municípios em todas as etapas, criando soluções regionais específicas. A iniciativa fortalece a colaboração e já mostra resultados, como novas práticas de comunicação na saúde e o desenvolvimento de uma cartilha com a juventude.</p>	Critérios de Sucesso <ul style="list-style-type: none"> Engajamento ativo no Comitê de Gestão Alta taxa de engajamento e interações nas plataformas digitais. Melhoria mensurável nas habilidades de comunicação e liderança dos participantes. Diversidade de escolas e projetos com impacto real nas áreas de saúde e meio ambiente. Aumento contínuo no número de interações e sugestões recebidas. Respostas dentro de prazos estabelecidos, resultando em aumento da satisfação pública.
Ações <ul style="list-style-type: none"> ESTABELECER UM PLANO DE REUNIÕES E PAUTAS MENSais DO COMITÉ - Definir uma agenda fixa para reuniões mensais com pautas claras, permitindo a discussão sobre novas práticas e tecnologias a serem adotadas. criar um portal de acesso às cartilhas interativas - Desenvolver um site ou integrar as cartilhas em plataformas educacionais de fácil acesso, com opções para visualização e download. 	<ul style="list-style-type: none"> OFERECER WORKSHOPS MENSais EN SOFT SKILLS - Realizar oficinas periódicas focadas em comunicação, empatia e liderança, com acompanhamento e feedback contínuo dos participantes. PROMOVER COMPETIÇÕES ENTRE ESCOLAS COM INCENTIVOS PARA PARTICIPAÇÃO - Organizar desafios de inovação semestrais, oferecendo premiações e incentivos para os projetos mais inovadores nas áreas de saúde e meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> LANCAR UMA CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO PARA A PLATAFORMA DE FEEDBACK - Investir em uma campanha nas redes sociais e canais comunitários para promover o uso da plataforma digital, destacando a importância da participação cidadã. REALIZAR DIAGNÓSTICOS SEMESTRAIS DAS AÇÕES E AJUSTES NECESSÁRIOS - A cada seis meses, o comitê realiza uma revisão dos diagnósticos e das áreas críticas, realizando ajustes nas práticas conforme as avaliações.
Times envolvidos <ul style="list-style-type: none"> Secretarias municipais. Produtores locais. Especialistas em meio ambiente. Consultores externos 	Stakeholder <ul style="list-style-type: none"> Secretarias e prefeituras municipais. Pequenos comércios, prestadores de serviços locais, produtores artesanais. Moradores dos municípios. Empresas de consultoria para gestão, logística e consórcios. Organizações de Certificação. 	Público-alvo <ul style="list-style-type: none"> Gestores públicos. Moradores locais. Sector produtivo municipal.
Recursos <ul style="list-style-type: none"> Espaços de inovação bem equipados. Tecnologia: Ferramentas digitais para colaboração e prototipagem. Equipes multidisciplinares, mentores e facilitadores. Colaborações com universidades, empresas e ONGs. Saberes das comunidades e especialistas locais. Conexões entre diferentes atores sociais e econômicos. 	Restrições <ul style="list-style-type: none"> Recursos financeiros restritos para escalar soluções. Necessidade de melhorias na infraestrutura urbana e tecnológica. Prazo limitado para resultados tangíveis. Barreiras legais e burocráticas para novas práticas. Dependência de decisões políticas para implementação. Limitações no treinamento e preparação das equipes locais. 	Riscos <ul style="list-style-type: none"> Baixa participação da comunidade e stakeholders. Dificuldade de manutenção a longo prazo. Divergências entre os diferentes atores envolvidos. Mudanças econômicas que afetam investimentos e financiamento. Barreiras culturais e institucionais contra inovações. Risco de não acompanhar as inovações tecnológicas rapidamente. Implementação de soluções sem considerar possíveis danos ambientais.

ANÁLISE DE VIABILIDADE

Com a crescente demanda das pessoas e a necessidade de introduzir novas soluções no mercado, reduzir o ritmo de desenvolvimento tornou-se uma prioridade. O processo de desenvolvimento desses produtos envolve várias etapas, desde a concepção inicial até o lançamento. Essas etapas não seguem uma linha reta, pois cada fase depende da definição e interação com as fases anteriores. O desenvolvimento é, portanto, iterativo, com cada componente contribuindo para o funcionamento harmônico do sistema como um todo.

Na fase de desenvolvimento, a equipe inicia um novo ciclo de criatividade e inovação. Este momento é crucial para fomentar a divergência de ideias por meio de brainstorming, esboços, maquetes e protótipos iniciais, como modelos tridimensionais de soluções urbanas sustentáveis. A interação com a comunidade e os stakeholders é essencial, pois testes e feedback ajudam a ajustar e aprimorar os conceitos, resultando em um protótipo refinado que incorpora as soluções mais viáveis e promissoras para alcançar os objetivos de sustentabilidade.

Posteriormente, a fase de entrega se concentra na validação e refinamento final da solução desenvolvida. Aqui, ocorre a convergência final para selecionar e refinar a solução mais adequada. Testes rigorosos com usuários e stakeholders são realizados para verificar se a solução está alinhada com os critérios de sustentabilidade e com os princípios da Nova Agenda Urbana. A documentação completa do processo, que inclui desenhos técnicos, especificações e resultados dos testes, é fundamental para preparar a implementação em escala, assegurando que o produto final reflita os princípios e aprendizados obtidos durante o desenvolvimento.

Para garantir o sucesso do desenvolvimento e implementação de soluções sustentáveis, é essencial estabelecer parcerias estratégicas multissetoriais. Isso envolve colaborar com governos locais, organizações da sociedade civil, setor privado e academia. Essas parcerias são cruciais para o financiamento, a ampliação do impacto e a difusão de práticas sustentáveis. Por exemplo, ao promover infraestrutura verde, como sistemas de drenagem urbana sustentável, é recomendável formar alianças com empresas especializadas, universidades e órgãos governamentais para criar programas conjuntos de capacitação e execução.

Além disso, é importante colaborar com órgãos reguladores para desenvolver e promover políticas públicas e regulamentações que incentivem práticas sustentáveis e resilientes. Normas para construção sustentável, incentivos fiscais para tecnologias verdes e diretrizes para o uso eficiente de recursos naturais são algumas das áreas a serem abordadas. Caso o protótipo validado envolva uma nova tecnologia para eficiência energética em edificações, trabalhar com governos locais para implementar políticas que estabeleçam padrões mínimos de desempenho energético em novas construções e reformas pode ser uma aplicação prática dessa recomendação.

Ao escalar a implementação, é fundamental adotar uma abordagem gradual e adaptável, considerando as características específicas de diferentes contextos urbanos. Evitar a aplicação uniforme de um modelo para todos os municípios e ajustar as soluções conforme as particularidades locais é essencial para o sucesso do escalonamento. Por exemplo, se a solução prototipada for para a coleta e gestão de resíduos urbanos, iniciar o escalonamento em bairros-piloto e avaliar os resultados antes de expandir para toda a região pode ser uma estratégia eficaz.

Incentivar a inovação tecnológica também desempenha um papel crucial. Promover a pesquisa e o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, como sistemas inteligentes de gestão urbana e a Internet das Coisas (IoT), pode melhorar a eficiência e sustentabilidade das operações. Por exemplo, ao implementar uma solução de iluminação pública eficiente, utilizar sensores de movimento e sistemas de controle remoto pode otimizar o consumo energético e gerar dados para futuras inovações.

Por fim, a busca por financiamento sustentável é essencial. Explorar mecanismos como fundos de investimento sustentáveis, incentivos fiscais, parcerias público-privadas e programas internacionais de apoio à sustentabilidade urbana pode assegurar a viabilidade e a manutenção das soluções propostas. Se a solução envolver infraestrutura verde, como telhados verdes ou jardins verticais, propor incentivos fiscais para proprietários e empresas que adotem essas práticas pode garantir os recursos necessários para a implementação e manutenção.

CONCLUSÃO

O município tem avançado significativamente na adoção de práticas inovadoras que integram a educação ambiental e o turismo sustentável ao desenvolvimento local. Embora os resultados concretos ainda estejam em processo de consolidação, o progresso até o momento indica que o compromisso com a inovação e a sustentabilidade é uma prioridade para a administração municipal.

A colaboração internacional, exemplificada pela parceria com Portugal, juntamente com o envolvimento da comunidade, evidencia que, com planejamento adequado e engajamento efetivo, o município está trilhando o caminho para se tornar um modelo em práticas sustentáveis. O foco deve agora ser a continuidade das ações e a busca por parcerias adicionais que viabilizem a plena implementação dos protótipos desenvolvidos, assegurando um impacto duradouro e positivo para a comunidade local.